

Condições de trabalho e sofrimento psíquico de policiais penais no Brasil

Autores:

Ana Izabel Oliveira Lima

*Doutora em Psicologia (UFRN).
Professora da Universidade Potiguar
(UNP). Natal/RN.*

Magda Dimenstein

*Doutora em Ciências da Saúde (UFRJ).
Professora do PPGPsi/ Universidade
Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN). Bolsista CNPq PQ1-A.*

João Paulo Sales Macedo

*Doutor em Psicologia (UFRN).
Professor do PPGPsi/Universidade
Federal do Delta do Paraíba (UFDPAR).
Bolsista CNPq PQ2.*

Caroline Cabral Nunes

*Mestre em Psicologia pela PPGPsi,
(UFDPAR). Doutoranda em Psicologia
do PPGPsi/Universidade Federal do
Ceará (UFC).*

DOI: 10.58203/Licuri.20271

Como citar este capítulo:

LIMA, Ana Izabel Oliveira et al. Condições de trabalho e sofrimento psíquico de policiais penais no Brasil. In: OLIVEIRA, Hilderline Câmara (Org.). **Estudos Multidisciplinares em Ciências da Saúde**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-26.

ISBN: 978-65-85562-02-7

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática de literatura em torno da relação saúde mental e condições de trabalho de policiais penais no Brasil. Realizou-se busca nas bases da BVS, Scielo e Periódicos Capes. Compõem a amostra final vinte estudos que foram analisados a partir de três categorias: a) condições de trabalho; b) sofrimento psíquico; e c) consumo de álcool e outras drogas. Observou-se que o trabalho dos policiais penais é realizado em ambiente insalubre, inseguro e estressante. São profissionais que se encontram sob intenso desgaste emocional, desmotivação e, frequentemente, fazem uso abusivo de álcool, tabaco, maconha e cocaína.

Palavras-chave: Saúde mental. Sistema prisional. Polícia penal.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro é, historicamente, marcado por uma situação generalizada de precarização tanto em relação à estrutura das unidades prisionais quanto à própria dinâmica organizacional das instituições, ambas agravadas pela superlotação, insalubridade, falta de segurança e situações recorrentes de violência e violação de direitos.

De acordo com o SISDEPEN, banco de dados disponibilizado e atualizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), até junho de 2022, 837.443 pessoas encontravam-se presas no país e destas, 661.915 em celas físicas, sendo que o sistema conta apenas com 303.112 vagas (DEPEN, 2019). São números que colocam o Brasil na terceira posição do ranking de países que mais encarceram no mundo (Ferraz & Joffily, 2019), e sinalizam que apesar do alarmante crescimento da população carcerária brasileira, a infraestrutura do sistema penitenciário não tem sido foco de investimento estatal (Figueiró & Dimenstein, 2016).

Esse cenário produz condições degradantes não somente para as pessoas privadas de liberdade (PPL), mas, em outra proporção, também para aqueles que habitam o ambiente prisional, como é o caso dos policiais penais (PP)¹. Esta categoria, anteriormente chamada de Agente Penitenciário, lida diretamente com a população carcerária, sendo responsável pela custódia e revista de todos que adentram a unidade prisional, além da vigilância, disciplina e segurança das PPL, atividades que são desenvolvidas diante de condições de trabalho muitas vezes desfavoráveis ou inadequadas, além de arriscadas e estressantes (Braun, 2016). Além de ocasionar altos índices de contaminação por doenças contagiosas, tais condições de precariedade e insalubridade favorecem um ambiente em que as violações de direitos são comuns, e que repercutem nos modos de vida e na saúde mental desses trabalhadores (Lima, Soares, Santos, & Souza, 2018).

Em um levantamento da produção sobre sofrimento psíquico e estresse no trabalho de policiais penais em periódicos nacionais e internacionais entre os anos de

¹ Em dezembro de 2019, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional n° 104/ 2019 que cria o cargo de policiais penais federais, estaduais e distritais. Assim, os Agentes Penitenciários passaram a ser chamados de Policiais Penais e a terem a carreira equiparada às das demais polícias brasileiras.

2000 e 2014, Bezerra, Assis e Constantino (2016) verificaram que a presença constante de situações de violência, como ameaças, intimidações, agressões, possibilidades de rebeliões, têm relação direta com o desenvolvimento de sofrimento psíquico, sintomas psicossomáticos, distúrbios do sono, problemas nas relações fora do trabalho, além da frequente sensação de esvaziamento no sentido do trabalho e de enclausuramento nas funções. Não obstante, o PP ainda precisa lidar com uma representação social pejorativa de sua atividade, ou seja, vivenciar a falta de prestígio e a desvalorização social, posto que as funções desempenhadas são atribuídas a uma espécie de “trabalho sujo”, o que impacta diretamente na construção da identidade desses profissionais (Claus, 2015).

Marques, Giongo e Ruckert (2018), em revisão sistemática da literatura brasileira entre os anos de 2005 a 2015, acerca da saúde mental de policiais penais, verificaram que os PP se encontravam desmotivados, insatisfeitos com a profissão, estressados, com sintomas de ansiedade e desgaste emocional. Sinalizaram, igualmente, que além da baixa produção acerca da temática, a precarização do trabalho do PP se intensificou ao longo dos anos.

Em estudo mais recente, Cadidé, Berrêdo, Silva e Santos (2022) investigaram os impactos de riscos ocupacionais na saúde de PP, e observaram a necessidade de medidas preventivas e reabilitadoras em saúde mental, além de ações de melhorias nas condições de trabalho dos PP. Neste sentido, estudos têm apontando uma relação estreita entre as condições de trabalho e agravos em saúde e adoecimento psíquico dos PP, como por exemplo, taxas significativas de obesidade abdominal (Lima, Dimenstein, Figueiró, Leite, & Dantas, 2019), transtornos metabólicos e riscos cardiovasculares (Ferreira, Menezes, & Dias, 2012), além do desenvolvimento de transtornos mentais comuns e consumo abusivo de álcool e outras drogas (Figueiró & Dimenstein, 2019).

A literatura sinaliza, portanto, que o risco e a vulnerabilidade são constantes no trabalho em instituições prisionais, uma vez que este envolve intenso controle emocional, responsabilidade por todas as vidas que ali circulam, desenvolvimento de funções sob confinamento, sobrecarga de trabalho e falta de recursos materiais e humanos, relações interpessoais tensas e rigidamente hierarquizadas (Lourenço, 2010). Soma-se ainda a vivência de um paradoxo que diz respeito à natureza das prisões: cuidar/tratar e vigiar/punir, mas que na prática atende muito mais a função de punir, expressando assim as ambiguidades acerca das suas atribuições da profissão (Lourenço, 2010).

Diante dessa problemática, entendemos que esse debate se mostra atual e necessário, considerando a exposição diária do PP a riscos psicossociais e a vivência frequente de sofrimento e adoecimento ocupacional (Marques, Giongo, & Ruckert, 2018) e o contexto de vulnerabilidade e fragilidade em que se encontram esses profissionais no sistema prisional brasileiro, sobretudo em tempos de encarceramento em massa. Ademais, considerando a lacuna existente na produção científica brasileira acerca dessa temática, mesmo em um país em que as dimensões do super encarceramento se alargam com expressiva rapidez e cujas estruturas deficientes das prisões impactam diretamente na qualidade de vida e de segurança dos profissionais, este artigo tem como objetivo discutir a relação saúde mental e condições de trabalho dos policiais penais a partir de uma revisão sistemática de literatura.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, de natureza exploratória, de publicações científicas que abordam a temática da saúde mental e as condições de trabalho de policiais penais no contexto brasileiro. O levantamento dos artigos foi realizado em três bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES. A seleção dessas bases de dados ocorreu em virtude de estas indexarem estudos em Psicologia e demais áreas da saúde, e por serem bases reconhecidas cientificamente. Além disso, possuem artigos indexados de outras bases relevantes, tais como Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS), possibilitando uma abrangência maior de busca.

A busca dos artigos, nas bases de dados, considerou os seguintes descritores: “agentes penitenciários AND psicologia”, “agentes penitenciários AND saúde mental”, “agentes penitenciários AND trabalho”, agentes penitenciários AND sofrimento psíquico”, e a relação “agentes penitenciários AND trabalho AND saúde mental”. Também foi utilizado o descritor “agentes penitenciários” isoladamente, como forma de ampliar o alcance aos dados. Além disso, realizou-se a busca com o termo “policia penal” juntamente aos descritores citados, de modo a incorporar artigos que já utilizassem a nova nomenclatura. Essa etapa foi realizada por meio do acesso do sítio eletrônico das bases de dados por dois juizes independentes, em janeiro de 2023.

Para a seleção dos artigos foram adotados os seguintes critérios de exclusão: dissertações/teses, livros, revisões sistemáticas de literatura, artigos realizados em outros países e artigos que não contemplavam temáticas em torno da saúde mental e condições de trabalho dos PP no Brasil. Como critérios de inclusão, foram considerados somente artigos científicos realizados no cenário brasileiro, independentemente do ano de publicação, que estavam disponíveis on-line gratuitamente, que tratassem especificamente da categoria profissional de policiais penais e estivessem relacionados à temática de saúde mental.

Os textos foram avaliados a partir de três etapas: análise de títulos, análise de resumos e leitura na íntegra. Foram excluídos os estudos duplicados entre as bases de dados e aqueles que não correspondiam aos critérios de inclusão estabelecidos. Assim, os estudos restantes após as três etapas de refinamento, realizadas em concordância entre os juízes, foram selecionados para compor o corpus analítico desta revisão. Para a extração dos dados foram considerados o ano de publicação e a revista, local de realização do estudo, delineamento metodológico, instrumentos de pesquisa, objetivos, identificação das principais áreas ou focos de estudo, e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados nas bases de dados 582 estudos. A partir da análise dos títulos, 420 foram excluídos por estarem duplicados e 101 removidos por não atenderem os critérios de inclusão. Assim, 61 artigos passaram pela análise de resumos e, destes, 24 foram selecionados para leitura na íntegra. Resultando, ao final, uma amostra de 20 artigos selecionados para o estudo, conforme ilustrado.

Como não foi delimitado recorte temporal para busca do material, observou-se publicações desde 2002, com o indicativo de um possível incremento de estudos na temática a partir de 2018. Destaca-se que para o descritor “policia penal” houve a saída de apenas um artigo (Candidé et al, 2022) que se relacionava à temática. Esse, porém, trata-se de uma revisão de literatura e, por isso, não foi incluído nesta revisão. As publicações são de diferentes áreas, com destaque para Psicologia (n = 10), nos seguintes periódicos: Revista Psicologia e Saúde, Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Revista Psicologia Argumento, Revista Psicologia em Pesquisa, Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, Revista Psicologia e Saúde em Debate, Revista Psicologia:

Ciência & Profissão e Revista Estudos de Psicologia. As demais são publicações na área de Ciências Sociais (Revista Ciencia & Trabajo), Administração (Revista de Administração Mackenzie), Enfermagem (Revista Brasileira de Enfermagem), Epidemiologia (Revista Brasileira de Epidemiologia), Saúde Pública (Cadernos de Saúde Pública e Revista de Saúde Pública), Saúde Penitenciária (Revista Española de Sanidad Penitenciaria), Medicina do Trabalho (Revista Brasileira de Saúde Ocupacional e Revista Brasileira de Medicina do Trabalho) e Saúde Coletiva (Ciência & Saúde Coletiva)

De acordo com a caracterização constante na Tabela 1, as temáticas dos estudos versam basicamente sobre: Transtornos Mentais Comuns (TMC), Síndrome de Burnout (SB), Consumo de Álcool e outras Drogas, Estresse, Transtorno Depressivo Maior (TDM), Sofrimento Psíquico, Qualidade de Vida (QV) e Bem-Estar no trabalho.

Em relação ao delineamento, somente três artigos possuem natureza qualitativa (Jaskowiak & Fontana, 2015; Rumin, 2006; Rumin, Ferrari, Barros, Cardozo, & Cavalhero, 2011) e três são de quali-quantitativo (Albuquerque & Araújo, 2018; Bezerra, Assis, Constantino & Pires, 2021; Jesus, Felipe & Silva, 2021). Todos os demais estudos são de natureza quantitativa.

Os trabalhos qualitativos utilizaram como instrumentos entrevista semiestruturada e psicoterapia breve. No caso dos quantitativos, foram utilizados os seguintes instrumentos: para avaliação de estresse: Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (EVENT), Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) e Inventário de Sintomas de Stress (ISS); para avaliação de SB: Escala de Caracterização do Burnout (ECB), Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo (CESQT) e Inventário de Burnout de Maslach - Forma Geral (MBI-GS); para avaliação de bem-estar no trabalho: Escala de Bem-Estar no Trabalho (EBET); para avaliação de TMC: Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) e Questionário de Saúde Geral (QSG-12); para avaliação do uso de álcool e outras drogas: Alcohol, Smoking; and Substance Involvement Screening Test (ASSIST), Teste para Identificação de Problemas Relacionados ao Uso de Álcool (AUDIT) e Cut-down, Annoyed, Guilty, Eye-opener (CAGE); para avaliação de depressão: Escalas Beck e Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9); para avaliação de apoio social: Escala de apoio social; e para avaliação de QV: World Health Organization Quality of Life Instrument Bref (WHOQOL-Bref).

Tabela 1. Caracterização dos estudos sobre saúde mental e condições de trabalho dos agentes penitenciários no Brasil, recuperados nas bases de dados utilizadas.

Referência	Estado	Objetivo	Instrumentos
Bravo et al. (2022)	SP	Analisar as condições de trabalho associadas aos TMC, ajustadas por condições de saúde, em agentes de segurança penitenciária.	SRQ-20 e questionário sócioeconômico.
Pauli et al. (2022)	PR	Explorar as possíveis relações entre as condições de trabalho e saúde dos agentes penitenciários de uma unidade prisional no Paraná.	SRQ-20, AUDIT, CAGE, ISS e questionário socioeconômico.
Bezerra et al. (2021)	RJ	Analisar o sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro e apontar os fatores associados no âmbito social, focando no ambiente de trabalho.	SRQ20, Escala de apoio social e entrevistas semiestruturadas
Santos et al. (2021)	BA	Identificar fatores associados a TDM em agentes penitenciários.	PHQ-9 e questionário socioeconômico.
Jesus, Felipe & Silva (2021)	MG	Avaliar a vulnerabilidade ao estresse entre agentes penitenciários, abordar a temática do estresse no trabalho e refletir sobre seus efeitos nas atividades laborais.	EVENT e entrevista semiestruturada.
Maekawa et al. (2020)	MG	Identificar a presença de estresse em agente penitenciário de um presídio no interior de Minas Gerais.	ISSL.
Venâncio et al. (2020)	CE	Avaliar o perfil sociodemográfico, os níveis de Burnout e a qualidade de vida e suas possíveis correlações em agentes penitenciárias de uma unidade penal feminina.	WHOQOL-Bref, MBI-GS e questionário socioeconômico.
Lima et al. (2019)	RN	Mapear a prevalência de TMC e uso de álcool e outras drogas entre os AP	SRQ-20 e ASSIST.
Lima; Dimenstein (2019)	RN	Mapear a incidência de TMC em AP e ampliar a visibilidade da área para essa problemática	SRQ-20 e questionário sociodemográfico
Corrêa et al. (2019)	RS	Analisar a perspectiva dos servidores penitenciários no RS no que tange à relação entre os componentes do bem-estar no trabalho e os da SB.	EBET e CESQT.
Albuquerque; Araújo (2018)	SE	Analisar formas de precarização do trabalho e consequências que essa conjuntura provoca à saúde mental de agentes de segurança.	SRQ-20 e entrevistas semiestruturadas.
Medeiros-Costa; Maciel; Gurgel (2018)	RN	Analisar os TMC e SB em uma amostra de AP no RN.	QSG-12, ECB e Questionário Sociodemográfico.

Tabela 1. Continuação.

Referência	Estado	Objetivo	Instrumentos
Dimenstein et al. (2017)	RN	Investigar os padrões de uso de álcool e outras drogas entre AP e lugar que essas substâncias têm na vida dos trabalhadores e os possíveis prejuízos psicossociais associados ao consumo abusivo.	ASSIST e questionário sociodemográfico.
Campos et al. (2016)	SP	Estimar a associação entre o padrão de beber com risco e as variáveis sociodemográficas, e comparar os escores médios dos fatores relacionados com a SB, de acordo com o padrão do consumo de álcool em funcionários de duas prisões brasileiras.	Questionário sociodemográfico, AUDIT e MBI-GS.
Jaskowiak; Fontana (2015)	RS	Conhecer as condições de trabalho de AP e os reflexos do exercício da atividade laboral em sua saúde.	Entrevista semiestruturada.
Bonez; Dal Moro; Sehnem (2013)	SC	Descrever as variáveis que interferem na saúde mental dos AP, envolvendo o perfil sociodemográfico, as condições de saúde mental e os níveis de estresse desses profissionais.	Escalas Beck, ISSL e questionário semiestruturado.
Tschiedel; Monteiro (2013)	RS	Identificar os aspectos da organização do trabalho que produzem prazer e os que produzem sofrimento no contexto laboral das agentes de segurança penitenciária e descrever as estratégias defensivas utilizadas por estas trabalhadoras no seu cotidiano laboral.	Entrevista semiestruturada e questionário socioeconômico.
Rumin et al. (2011)	SP	Apresentar características do sofrimento psíquico vivenciado por agentes de segurança penitenciária e delimitar os elementos psicodinâmicos que emergem no trabalho de vigilância prisional.	Psicoterapia breve.
Rumin (2006)	SP	Caracterizar as condições de trabalho e possíveis impactos sobre a saúde dos trabalhadores ocupados nos serviços de vigilância prisional.	Entrevista semiestruturada e questionário socioeconômico.
Fernandes et al. (2002)	BA	Investigar relações entre condições de trabalho e saúde em AP das oito Unidades do SP da Região Metropolitana de Salvador (RMS).	Questionário Sociodemográfico, SRQ-20, CAGE e ISS.

Constata-se, portanto, que o tema é ainda pouco explorado na produção brasileira. Soma-se ainda o fato de que três estudos da amostra são resultantes de uma mesma pesquisa realizada com no estado do RN (Lima et al., 2019; Lima & Dimenstein, 2019; Dimenstein, Lima, Figueiró, & Leite, 2017), e dois serem resultados de uma mesma pesquisa interventiva em uma penitenciária no oeste paulista (Rumin, 2006; Rumin et al, 2011), o que demonstra uma lacuna na produção de conhecimento em

saúde mental, visto que a maioria dos estudos sobre o sistema prisional estão voltados para a população carcerária. Desvelar essa realidade é urgente, uma vez que profissionais da segurança pública constituem uma das categorias mais vulneráveis ao sofrimento mental e, dentre eles, encontra-se o PP (Soares, Rodrigues & Pimenta, 2021).

Os estudos selecionados foram organizados a partir de três categorias de análise de acordo com seus resultados, apresentadas na Tabela 2: a) condições de trabalho no sistema prisional b) sofrimento psíquico e c) consumo de álcool e outras drogas.

No que se refere às condições de trabalho, à exceção de dois estudos (Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2013; Correia et al., 2019), todos os demais destacam a relação entre as péssimas condições oferecidas pelo sistema prisional brasileiro e a saúde mental dos PP. As principais queixas destes profissionais referem-se à precarização, superlotação, falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos de segurança, ausência de cursos de capacitação e treinamento. As condições de trabalho, segundo as pesquisas, exercem influência tanto na saúde física, quanto no estresse e sofrimento psíquico dos PP.

Outras queixas recorrentes dizem respeito ao baixo número de PP trabalhando nas unidades prisionais (Albuquerque & Araújo, 2018; Bezerra, Assis, Constatino & Pires, 2021; Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2013), assim como um sentimento de abandono e descaso por parte do Estado (Jaskowiak & Fontana, 2015; Tschiedel & Monteiro, 2013), o que intensifica ainda a mais a sensação de insegurança, o nível de estresse e ansiedade por parte dos profissionais e acarreta prejuízos ao desempenho das funções laborais. Além disso, Lima e Dimenstein (2019) chamam atenção para os discursos constantes de desamparo no que se refere às condições para realização do trabalho, sendo que muitas vezes os PP investem recursos próprios na compra de materiais de trabalho, como munição, fardamento, ou até mesmo de suprimento dos presos (medicamentos). As autoras indicam, ainda, que as unidades prisionais estudadas se encontravam geralmente em estado deficitário de conservação, salubridade, alimentação inadequada e instalações antigas e sem manutenção.

Este cenário de precariedade contribui para as incertezas na atuação profissional desses trabalhadores, bem como os expõe ao risco de contato com doenças transmissíveis como a tuberculose, sarna, hepatite e AIDS (Jaskowiak & Fontana, 2015; Rumin, 2006).

Tabela 2. Principais resultados obtidos nos estudos sobre saúde mental e condições de trabalho dos agentes penitenciários no Brasil, recuperados nas bases de dados.

Estudo	Principais Resultados
Bravo et al. (2022)	Prevalência 33,5% de TMC, associado a maior insatisfação com as condições de trabalho, terem sofrido insultos, assédio moral e sexual. Observou maior frequência de TMC entre aqueles que praticavam pouca ou nenhuma atividade física, com presença de artrite/artrose/reumatismo, dor crônica e percepções negativas sobre a saúde.
Pauli et al. (2022)	30,4% tinham TMC, 17,9% estresse persistente, 66,4% até cinco queixas relacionadas com a saúde e 9,6% apresentavam risco de abuso e/ou dependência do álcool. Como fatores associados ao TMC e estresse persistente, destacam-se problemas de saúde, ambiente físico e riscos organizacionais e idade. 93, 6% se queixavam de doenças.
Bezerra et al. (2021)	27,7% apresentaram TMC. Os sintomas mais frequentemente foram: dormir mal (53,0%), sentir-se nervoso, tenso ou agitado (52,0%), dores de cabeça frequentemente (39,7%) e cansaço constante (33,4%). Como fatores de risco, observou-se o relacionamento interpessoal entre agentes e presos, ameaças constantes, superlotação, poucos profissionais e sobrecarga de trabalho. Presença de “tensão pré-plantão”.
Santos et al. (2021)	Maiores índices de TDM em PP do sexo feminino. Características do trabalho como função, tempo de serviço, desvio de função, referir que o ambiente e as condições de trabalho interferiam na saúde física e mental, ter presenciado fuga de detentos ou sofrido ameaça de facções estavam fortemente relacionadas com maior prevalência de TDM.
Jesus; Felipe; Silva (2021)	Vulnerabilidade ao estresse superior em 53,7% da amostra. 18% faziam uso de medicação contínua, com destaque para moduladores do sono, remédios clínicos para tratar pressão arterial, antidepressivos, antiepilépticos e ansiolíticos. 26,3% dos participantes já haviam sido afastados por motivo de doenças, sendo o estresse, cirurgias, lesões na coluna vertebral, acidente de trabalho, úlcera no estômago e síndrome do pânico as principais causas.
Maekawa et al. (2020)	46,2% dos participantes apresentaram sintomas de estresse, estando a maioria nas fases de resistência e exaustão. Tensão muscular, insônia, náuseas, tontura, irritabilidade excessiva, cansaço constante e diminuição da libido foram os sintomas mais relatados. 19,2% dos participantes se afastaram do trabalho por motivo de doença e ficaram impossibilitados de trabalharem no último mês.
Venâncio et al. (2020)	Amostra possuía um nível moderado de SB. Nível moderado de exaustão emocional e cinismo, e nível baixo de eficácia no trabalho. Na avaliação da QV, observou-se níveis baixos para energia, sono e repouso, sentimentos positivos, recursos financeiros e cuidados com a saúde.
Lima et al. (2019)	23,57% de TMC e consumo abusivo/dependente em tabaco (35,9%), álcool (88,3%), maconha (10,5%), cocaína (3,6%), anfetamina (1,1%), inalantes (7,6%), hipnóticos (4,4%) e alucinógenos (0,3%).
Lima; Dimenstein (2019)	Incidência de 23,57% de casos indicativos de TMC entre os trabalhadores. Foi identificado relação de TMC com o tipo de unidade prisional, contar com relacionamento estável, possuir outra ocupação na área de segurança, ter mais de 10 anos de profissão e dobrar de turno mais de uma vez no último mês.

Tabela 2. Continuação.

Estudo	Principais Resultados
Corrêa et al. (2019)	O bem-estar no trabalho está parcialmente presente no cotidiano dos servidores penitenciários e que não foram evidenciados estresse laboral e Síndrome de Burnout.
Albuquerque; Araújo (2018)	Sentir-se nervoso, tenso ou preocupado representou 84% dos casos. Foi observado estresse, impaciência, irritabilidade e dificuldades de concentração. 68% com presença de sete ou mais sintomas de TMC.
Medeiros-Costa; Maciel; Gurgel (2018)	Prevalência de transtornos psíquicos com níveis baixos e moderados, sendo que sensações de tensão emocional e depressão foram mais altas que a manifestação da redução da autoeficácia. No tocante ao Burnout, os agentes estão em um estado de alerta/situação limite, já que apresentam escores baixo-moderados nos três fatores da síndrome.
Dimenstein et al. (2017)	Consumo abusivo/dependente em álcool, cannabis, cocaína, anfetaminas, inalantes e hipnóticos; relação com o tipo de unidade prisional, ter outra ocupação na área de segurança, ter mais de 10 anos de profissão e trabalhar em turnos dobrados.
Campos et al. (2016)	78,5% dos participantes consumia bebidas alcoólicas. A prevalência do comportamento de beber com risco na amostra foi de 22,4% e a da Síndrome de Burnout foi de 14,6%. Observou-se associação significativa entre o comportamento de beber com risco e o gênero masculino e fumantes, e menor risco para praticantes de religião.
Jaskowiaki; Fontana (2015)	Dos 26 profissionais entrevistados, três usam medicamentos e dois realizam terapia psicológica para aliviar a tensão ocupacional. Cinco já estiveram afastados para tratamento de saúde. A maioria referiu que busca meios para lidar com o universo da prisão, tais como atividades de leitura e meditação.
Bonez et al. (2013)	Não foram encontrados indicativos de desesperança e depressão e ideação suicida; Ausência de estresse em 68,42% dos AP. 5,26% apresentam grau mínimo de ansiedade e 31,57% se encontram na fase de resistência do estresse.
Tschiedel; Monteiro (2013)	Fatores que contribuírem para o prazer no trabalho: gostar do que faz, salário e flexibilidade da escala de serviço. Fatores associados ao sofrimento psíquico no trabalho: função de vistoria íntima das presas e familiares, precárias condições de trabalho, tanto materiais quanto humanas e relação entre os colegas de profissão. Presença de estratégias defensivas como endurecimento emocional, negação e a racionalização da realidade.
Rumin et al. (2011)	Observou-se presença de ansiedades paranoides, anomia dos sentimentos e negação do risco, medo da possibilidade de violência infringida a seus familiares, estranhamento em relação à vida fora do trabalho, vivências afetivas e relações sociais contaminadas pela dinâmica institucional e manifestação de fenômenos psicossomáticos.
Rumin (2006)	Vivência de situações ansiogênicas como risco constante de exposição à violência física no cotidiano prisional, exposição a doenças, percepção da degradação da saúde mental e a escolha profissional em razão da necessidade da obtenção de sustento e não do desejo pela profissão.
Fernandes et al. (2002)	A prevalência de TCM foi 30,7% de estresse passageiro 7,4%, estresse intermediário 7,4% e estresse persistente 15,1%. Queixas de doenças foram feitas por 91,6% dos AP (53,1% apresentaram até 5 queixas e 38,5%, mais de 5. Houve suspeita de alcoolismo em 15,6%.

No estudo de Rumin (2006), o autor destaca a que percepção de degradação da saúde é frequentemente relatada, sendo uma situação ansiogênica para os PP. Estes profissionais sentem-se preocupados com a possibilidade de contraírem doenças durante a realização de suas atividades como a vistoria, apoio na ida aos serviços de saúde, controle de episódios violentos ou mesmo na própria comida ingerida no ambiente de trabalho. Não obstante, há o medo de transmitirem doenças para seus familiares e amigos. Assim, os estudos demonstram, de modo geral, “um cenário de desorganização, abandono, violação e sofrimento dos trabalhadores do sistema prisional” (Lima & Dimenstein, 2019, p.59).

Outro aspecto de insatisfação corresponde à falta de preparação e de educação permanente dos PP para lidar com situações comuns no cotidiano prisional (Albuquerque & Araújo, 2018; Tschiedel & Monteiro, 2013; Santos, Santos, Carvalho & Fernandes, 2021), como, por exemplo, o crescente número de usuários de substâncias ilícitas dentro das prisões (Jaskowiak & Fontana, 2015), a falta de treinamento para lidar com transtornos mentais, no caso das Unidades Psiquiátricas de Custódia e Tratamento (Lima et al., 2019; Lima & Dimenstein, 2019; Dimenstein et al. 2017) ou mesmo habilidades necessárias para o exercício da autoridade sem recorrer ao uso de violência.

No estudo de Fernandes et. al (2002), somente 44% dos PP havia realizado treinamento para o desempenho das funções, o que dificultava a preparação para a convivência com indivíduos socialmente estigmatizados como perigosos e ameaçadores. Não obstante, ainda foi relatado que o treinamento disponibilizado muitas vezes é insuficiente, visto que as instruções, os fundamentos e orientações administradas nos cursos se apresentam como distantes das demandas vivenciadas na prática (Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2013, Rumin et al, 2011).

Em relação aos fatores que estavam mais significativamente relacionados ao sofrimento psíquico, a pesquisa realizada em unidades prisionais no RN, que resultou em três estudos acerca da condição de saúde mental dos policiais penais, identificou como fatores associados ao sofrimento o tipo de unidade prisional em que o agente está vinculado, se PP conta com relacionamento estável, se possui outra ocupação na área de segurança, o tempo no cargo (mais dez anos de profissão) e trabalhar em turnos dobrados mais de uma vez no último mês (Dimenstein et al., 2017; Lima et al., 2019; Lima & Dimenstein, 2019). Igualmente, a variável tempo de serviço também foi apontada como determinante para as condições de saúde mental do PP por Fernandes et

al. (2002), Medeiros-Costa, Maciel e Gurgel (2018) e Santos et al (2021). Por outro lado, no que se refere à relação entre esta variável e a vulnerabilidade de estresse, Jesus, Felipe e Silva (2021) não observaram diferenças significativas, demonstrando, neste estudo, que a vulnerabilidade ao estresse pode manifestar-se no PP independentemente do tempo de serviço.

Esses determinantes são importantes analisadores para refletir sobre os estudos de Corrêa, Lopes, Almeida e Camargo (2019) e Bonez, Dal Moro e Sehnem (2013). Diferente dos demais, os resultados desses dois estudos indicaram o bem-estar no trabalho parcialmente presente no cotidiano dos servidores penitenciários (Corrêa et al., 2019) e condições de saúde mental relativamente boas, além da satisfação quanto à profissão e baixos níveis de estresse (Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2013). No entanto, o primeiro estudo não disponibiliza informações sobre o tempo de serviço dos participantes da pesquisa, embora ressaltem que são necessários muitos anos para que a SB (variável analisada no estudo) se desenvolva.

Já no segundo estudo, os autores consideram que os resultados podem ser explicados pelo fato de os entrevistados possuírem pouco tempo de serviço (21,05% com menos de um ano e 42,10% entre um e cinco anos), o que pode ter evitado que sintomas de ansiedade ou fracasso aparecessem nas respostas. Além disso, chama atenção que ambos os estudos foram realizados no Sul do país (RS e SC, respectivamente), demonstrando a necessidade de uma análise mais aprofundada das condições estruturais e organizacionais dessas unidades prisionais e ampliação de investigação em outras realidades do país.

Ainda no que se refere às condições de trabalho, Bezerra et al (2021) observaram que o trabalho distribuído ao longo das 40h semanais mostrou estar relacionado a menos sofrimento do que aquele executado em sistema de plantões, relatado pelos participantes como sendo mais exaustivo. Esses dados vão de encontro aos resultados de Venâncio, Coutinho, Mont'Alverne e Andrade (2020), em que o regime de plantões era visto como satisfatório, pois que possibilitava às PP realizarem outras atividades no período de folga. No entanto, os autores ressaltam que 75% das participantes faziam horas extras semanalmente, o que acabava contribuindo para queixas de sobrecarga de serviço e maior tempo de exposição aos riscos e estressores do ambiente.

Acerca do regime de trabalho (se plantonista ou diarista), os participantes do estudo de Bezerra et al (2021) discorreram sobre o que chamam de “tensão pré-

plantão”, caracterizada por um conjunto de sintomas, como desânimo e dores difusas, percebidos na véspera do plantão. Esse aspecto é similar ao encontrado em Maekawa et al (2020), em que 40,4% indicavam sentir tensão muscular constante, e que pode ser decorrente de tensão tanto física quanto psicológica consequentes de situações de estresse excessivo.

Além disso, também se observou que o salário era avaliado de forma positiva, bem como a estabilidade no cargo (Tschiedel & Monteiro, 2013), sendo estes fatores protetivos da saúde mental. Em contrapartida, um relacionamento ruim entre os colegas de trabalho e a desvalorização por parte da instituição foram mencionados como elementos fundamentais nas vivências de sofrimento no trabalho (Tschiedel & Monteiro, 2013). Neste caso, Bezerra et al (2021) apontam que os PP avaliavam positivamente o relacionamento com os colegas e reconhecimento por parte destes, mas tinham avaliação negativa do reconhecimento de seu mérito pela instituição. Esses aspectos, também observados em Jesus, Felipe e Silva (2021), sinalizam a necessidade de se buscar apoio psicológico para os profissionais em questão e planos de ação que melhorem a motivação no trabalho.

As condições gerais de trabalho relatadas pelos estudos corroboram com demais pesquisas disponíveis na literatura científica acerca do trabalho do PP (Lourenço, 2010; Candidé et al, 2022) que apontam para a deterioração do sistema prisional brasileiro em termos físicos e estruturais e as relacionam com o impacto gerado na própria condição de saúde mental do PP. Evidenciam, ainda, que tais condições são responsáveis pela produção de uma sensação de esvaziamento do sentido do trabalho, estresse e temor em relação à segurança de si e de seus familiares. Esses efeitos do trabalho no cárcere já vêm sendo apontados como importante problemática que atravessa o cotidiano dos PP (Chies, Barros, Lopes, & Oliveira, 2005). Nesse contexto, há uma série de mudanças nos hábitos e comportamentos dos PP em decorrência do exercício da profissão, tornando-se mais exigentes quanto à disciplina de si e de terceiros, quanto à forma de falar, de se vestir, passam a serem pessoas desconfiadas e vigilantes em todas as horas do dia, apresentam dificuldades nos relacionamentos interpessoais.

Ademais, o PP realiza seu trabalho sob efeitos dessocializadores que acabam deflagrando processos de adoecimento psíquico e, frequentemente, a produção de sentimentos de inferioridade e perda de identidade (Lourenço, 2010). Em conformidade com esses aspectos apontados pela literatura, os estudos apontam para o

desenvolvimento de estratégias defensivas para lidar com condições de trabalho produtoras de sofrimento, tais como endurecimento emocional, negação e a racionalização da realidade (Ti & Monteiro, 2013) e a configuração de anomia dos sentimentos e negação dos riscos vivenciados (Rumin et al, 2011).

O descaso governamental apontado pelos PP é também agravado por uma representação social pejorativa da sua profissão (Rumin et al., 2011; Rumin, 2006), uma vez que estes são vistos como corruptos e violentos, resultando numa identidade marcada pela desvalorização social e falta de reconhecimento. Santiago, Zanola, Hisamura Jr. e Silva (2016) salientam que essa visão estigmatizada do PP os leva a se sentirem desprivilegiados e desamparados pela sociedade e governo, e que esse fator acrescenta mais peso na desmotivação que sentem com o trabalho, aspectos que condizem com os resultados dos estudos dessa revisão (Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2013; Jaskowiak & Fontana, 2015; Lima et al., 2019; Lima & Dimenstein, 2019).

Nesse sentido, uma vez que o trabalho é considerado um importante vetor de subjetivação dos sujeitos, o debate sobre os efeitos da configuração do trabalho na vida dos profissionais do sistema prisional é crucial. O fato de ser um trabalho operacionalizado por meio de protocolos rígidos, hierarquizados e de baixo controle por parte de quem o desenvolve, sendo realizado em um ambiente de confinamento, de hostilidade e violência (Santiago et al., 2016), agrava o risco de adoecimento psíquico dos AP. A precarização do trabalho aliada aos efeitos do encarceramento na vida do PP tem sido responsável pela piora das condições de saúde e pela mudança do perfil epidemiológico de adoecimento dos trabalhadores - com destaque para o aumento das doenças relacionadas ao trabalho ou atípicas e, dentre elas, os Transtornos Mentais Comuns (TMC) e consumo abusivo/dependente de substâncias psicoativas - resultando em sérias consequências para a qualidade de vida e para a saúde e segurança dos trabalhadores.

No que se refere ao sofrimento psíquico, os estudos versam, de modo geral, acerca de três condições de saúde: Transtornos Mentais Comuns (TMC), Síndrome de Burnout (SB), Transtorno Depressivo Maior (TDM) e Estresse. Os TMC, também chamados de transtornos mentais não psicóticos, dizem respeito a um conjunto de sintomas de caráter incapacitante decorrentes de atividades consideradas estressoras que são desempenhadas no dia-a-dia. De acordo com Goldberg e Huxley (1992), envolvem

sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas.

Estudos de base populacional realizados em países industrializados mostram que a prevalência de TMC pode variar de 7% a 30% (Goldberg & Huxley, 1992). Albuquerque e Araújo (2018) constataram um percentual de 68% dos PP com sete ou mais sintomas de TMC, dentre eles, os mais prevalentes foram sentir-se nervoso, tenso ou preocupado (correspondente a 84% dos casos), seguidos por dores de cabeça frequentes (80%), dormir mal (68%), sentir-se cansado (40%) e sentir-se triste ultimamente (32%). Além disso, verificaram que os PP se encontravam estressados, impaciente, irritados e com dificuldade na concentração, e que estes relacionavam tais sintomas ao ambiente de insegurança, baixa remuneração, à estrutura precária e ao clima organizacional ruim. Os achados reforçam que o ambiente laboral influencia diretamente a saúde mental desses trabalhadores e impossibilita que desenvolvam seu trabalho de forma satisfatória.

Lima et al. (2019) e Lima e Dimenstein (2019) observaram que a prevalência de TMC foi de 23,57%, enquanto que em Fernandes et al. (2002) foi de 30,7%. Já no estudo de Medeiros-Costa, Maciel e Gurgel (2018) foi observado o nível baixo-moderado de TMC, com destaque para as sensações de tensão emocional e depressão em comparação com a redução da autoeficácia. Pouco mais da metade (50,7%) dos PP encontravam-se tensos e esgotados, no entanto, somente 8,1% demonstravam grande dificuldade de realizar seu trabalho.

No caso dos estudos de Lima et al. (2019) e Lima e Dimenstein (2019), os profissionais com presença de TMC trabalhavam, em sua maioria, na Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento (43,75%), na penitenciária estadual localizada na região central do estado (46,51%) e na penitenciária federal (36%). Essas unidades são marcadas pela falta de controle sobre o trabalho, pela automatização das atividades e rigidez dos procedimentos realizados, o que torna a rotina monótona e repetitiva, produzindo sentimentos de vazio, ineficiência, tristeza, frustração e ideação suicida nos trabalhadores. Boa parte dos PP afirmava dormir mal (40%), sofrimento diário por conta do trabalho (40%) e que se sentirem constantemente nervosos, tensos e preocupados (43%), atingindo maiores pontuações em questões relacionadas ao humor depressivo ansioso (59,55%) e sintomas somáticos (53,35%) (Lima et al., 2019; Lima & Dimenstein, 2019).

Conforme mencionado, os três estudos realizados no RN verificaram uma associação positiva entre o perfil de PP que tem mais de dez anos de serviço, estar em um relacionamento estável, ter outra ocupação na área de segurança e realizar dobra de turno no último mês, e uma maior prevalência de TMC. Fernandes et al. (2002), apesar de tratar de uma investigação em outra realidade, ainda acrescentam que a indisponibilidade de tempo para o lazer e a ausência de prática de esporte podem ser fatores agravantes para as condições de saúde mental dos PP.

Evidências relevantes de TMC também foram obtidas nos estudos de Bravo et al (2022), Pauli et al (2022) e Bezerra et al (2021), em que a prevalência foi de 33,5%, 30,4% e 27,7% respectivamente. Em Bravo et al (2022), os autores observaram a taxa se associou com PP que possuíam percepção de piores condições do ambiente de trabalho e que haviam sofrido insultos ou situações constrangedoras, assédio moral ou sexual nos últimos 12 meses. Os sintomas mais relatados em Bezerra et al (2021) foram: dormir mal (53,0%) e sentir-se nervoso, tenso ou agitado (52,0%), dores de cabeça frequentemente (39,7%), cansaço contínuo (33,4%), sensação de cansar-se com facilidade (32,9%), impressão de ter se sentido triste ultimamente (27,6%), má digestão (26,4%) e sensações desagradáveis no estômago (24,5%), além da dificuldade para realizar suas atividades diárias com satisfação (22,6%). Ademais, os autores observaram que a prevalência de TMC estava relacionada com PP que não praticavam alguma religião (Bezerra et al, 2021), que praticavam pouca ou nenhuma atividade física durante a semana (Bravo et al, 2022). Em Pauli et al (2021), a maior parte dos PP praticavam esportes (76,8%), enquanto que 87,2% afirmavam ter tempo para o lazer, sendo estes fatores considerados, pelos autores, como protetivos e que justificavam as taxas encontradas não terem sido maiores.

Medeiros-Costa, Maciel e Gurgel (2018), assim como as demais pesquisas, avaliaram que os trabalhadores mais antigos na profissão apresentam níveis mais acentuados de transtornos psíquicos, sendo que os homens atingiram níveis mais elevados para desumanização e as mulheres, para exaustão emocional. Segundo os autores, que buscavam avaliar a presença de TMC e SB em PP do RN, os participantes se sentem frustrados no trato com as PPL e boa parte destes possuía tendência para sintomas depressivos. São dados que vão ao encontro do estudo de Campos et al. (2016), em que foi observada uma alta prevalência de PP que se consideravam esgotados após o expediente de trabalho, com destaque para a exaustão emocional e desumanização.

Em Venâncio et al (2020), identificou-se que a amostra possuía um nível moderado de SB, sendo que havia existência de sinais de esgotamento em nível moderado de Exaustão Emocional e Cinismo. Em relação à Eficácia no Trabalho, as participantes não se avaliavam como insatisfeitas ou incompetentes na realização de suas atividades laborais. No entanto, os autores constataram que, quanto maior o nível de Exaustão emocional e Cinismo, melhor a avaliação da eficácia no trabalho, sendo que os altos níveis na escala de cinismo indicam o desenvolvimento de atitudes de descaso, rigidez e insensibilidade no relacionamento com as pessoas no trabalho. Tais aspectos implicavam diretamente na QV das participantes, que relatavam percepções de dor, fadiga, sono, sentimentos negativos e exposição a riscos.

No estudo de Santos et al (2021) foram observados maiores índices de TDM em PP do sexo feminino e que os PP que referiram que o ambiente e as condições de trabalho interferiam na sua saúde física apresentaram prevalência de TDM 3,51 vezes maior do que aqueles que não referiram essa influência. Além disso, fatores como ter sofrido ameaça por membros de facções e não ter passado por treinamento institucional e estar em atividades geradoras de tensão eram agravantes para índices de TDM.

Alguns estudos também avaliaram a saúde mental dos PP a partir dos níveis de estresse, ansiedade, desesperança, depressão e ideação suicida. Corrêa et al. (2019) constataram a presença de estresse laboral somente em 6,74% da população estudada, assim como Bonez, Dal Moro e Sehnem (2015) que detectaram que 94,73% dos PP apresentaram grau mínimo para ansiedade, sendo que todos apresentavam grau mínimo para desesperança e para depressão, não sendo verificada a presença de ideação suicida. Todavia, 5,26% da amostra pesquisada registram níveis de ansiedade patológica, sendo este um dado importante de ser considerado uma vez que um ambiente estressor, no caso, o sistema prisional, pode contribuir para que esses quadros de ansiedade patológica evoluam (Bonez, Dal Moro, & Sehnem, 2015).

No estudo de Jesus, Felipe e Silva (2021), as taxas de vulnerabilidade ao estresse foram superiores em 51 PP (53,7%) e médio superior em 26 (27,4%), de modo que mais de 81% dos trabalhadores avaliados estavam com níveis de vulnerabilidades superior e médio superior. O estresse também foi avaliado em Maekawa et al (2020). Nessa pesquisa, os autores encontraram taxas de 46,2% de estresse entre os PP, sendo que 52,2% se encontravam na fase de resistência e 41,6% na fase de exaustão. Em outra pesquisa, Pauli et al (2021), observaram que fatores como idade, problemas de saúde e

riscos organizacionais foram associados ao estresse persistente dos participantes do estudo.

Jesus, Felipe e Silva (2021) apontam que a vulnerabilidade ao estresse estava, para a maior parte da população pesquisa, relacionada à infraestrutura, rotina no trabalho, clima organizacional, que refletiam no descontentamento e a falta de motivação dos funcionários. Em Maekawa et al (2020), diversos foram os sintomas relacionados ao estresse, sendo os principais: tensão muscular (40,4%), insônia (26,9%), vontade súbita de iniciar novos projetos (46,2%), sensação de desgaste físico constante (42%), problemas com a memória (34,6%) e irritabilidade excessiva (36,4%).

Por outro lado, em oito unidades penitenciárias da Região Metropolitana de Salvador foi observado que 7,4% dos AP vivenciavam estresse passageiro, 7,4% estresse intermediário 7,4% e 15,9% estresse persistente (Fernandes et al., 2002). O estresse também foi um risco psicossocial relatado pelos PP entrevistados por Jaskowiak e Fontana (2015). No estudo de Salvador, os autores verificaram uma relação entre a presença de estresse persistente e alguns determinantes, tais como: ausência de treinamento, mais de 48 horas semanais de trabalho, atividade extra laboral nos dias de folga, ser do sexo feminino e ausência de prática de esporte (Fernandes et al., 2002); e no RS, os PP sentiam-se estressados devido ao convívio diário com tensão, brigas, uso de drogas e fugas por parte dos presos, bem como com conflitos com os colegas de equipe e à sobrecarga de trabalho (Jaskowiak & Fontana, 2015). Destaca-se que, diferente de Fernandes et al (2002), tanto Jesus, Felipe e Silva (2021) quanto Bezerra et al (2021) não observaram diferenças significativas entre os sexos em relação à vulnerabilidade ao estresse ou presença de TMC.

Por fim, os estudos de Rumin et al (2011) e Rumin (2006) referem-se ainda aos impactos sociais, comportamentais e psicossomáticos das condições de trabalho na vida dos PP. Foi constatado que comumente há uma sensação de estranhamento em relação à vida fora do trabalho, de modo que as dinâmicas institucionais podem contaminar as vivências afetivas e as relações de sociabilidade dos PP. Os participantes mencionam um processo de internalização dos valores e das normativas dos presos, ocorrendo de muitas vezes adquirem o vocabulário próprio das PPL, ou mesmo de prolongamento das regras e posturas disciplinares para dentro do convívio familiar. Além disso, foi observada a manifestação de fenômenos psicossomáticos, com perturbação do sono e medo de enlouquecimento.

Diante desses resultados, é possível compreender, tal como afirma Codo (2002), que o trabalho interfere em esferas da vida, sendo um fator que pode resultar em sofrimento psíquico e adoecimento psicológico. Nessa perspectiva, as condições adversas do sistema prisional, marcadas pela presença de violência, ameaças e insegurança, acabam levando os trabalhadores a vivenciarem situações de estresse extremo e contínuo. Outro fator que influencia no desenvolvimento de sofrimento psíquico e transtornos mentais indicado por Lima et al. (2019) é a ausência de sentido para o trabalho, uma vez que os PP frequentemente percebem seu trabalho como ineficiente ou sem resolutividade, como por exemplo na revista de celas e dos visitantes em busca de drogas e artefatos proibidos, tarefa que tem se mostrado inútil diante das estruturas deficitárias, falta de materiais e superlotação das unidades. Assim, o desgaste físico e mental passa, muitas vezes, a ser banalizado e naturalizado, prejudicando a saúde do trabalhador.

Além das questões referentes ao sofrimento psíquico, os estudos trazem ainda dados relacionados ao consumo/abuso de álcool e outras drogas. Diante do cenário de abandono e desorganização em que se encontra a maior parte das instituições prisionais, os PP muitas vezes recorrem ao uso de substâncias psicoativas como estratégia de enfrentamento às situações desagradáveis e de sofrimento no trabalho, sendo comum o consumo abusivo de álcool e substâncias como tabaco e maconha. Dentre os PP investigados nos estudos de Dimenstein et al. (2019) e Lima e Dimenstein (2019), foi constatado o consumo de tabaco por 35,9% dos participantes, 88,3% relataram consumir álcool, 10,5% consumiam maconha, 3,6% faziam uso de cocaína, 1,1% anfetamina, 7,6% inalantes, 4,4% faziam uso de hipnótico e 0,3% de alucinógenos. Em relação ao uso nocivo, se destaca o uso de álcool com 21,84%, seguido do tabaco com 8,19% e da maconha com 1,49%.

Em Fernandes et al. (2002), não foi relatado o consumo de drogas ilícitas por nenhum agente, entretanto, quanto ao consumo de álcool, 68,5% afirmaram e, desses, 15,6% possuíam indícios de uso dependente. Já no estudo de Campos et al. (2016) a prevalência de consumo arriscado de álcool foi de 22,4%. Em Pauli et al (2022), 9,6% apresentavam risco de abuso e/ou dependência do álcool, e em Jesus, Felipe e Silva (2021), houve uma associação entre o consumo de álcool e problemas na saúde dos PP estudados, sendo que o álcool e o tabaco foram as substâncias mais citadas (9,5%).

Em relação aos determinantes para o consumo de álcool e drogas, Dimenstein (2019) e Lima e Dimenstein (2019) avaliaram que pessoas com mais de dez anos de serviço têm uma tendência maior ao consumo de maconha, e aquelas que possuem outra ocupação na área da segurança pública são mais propensas ao consumo dependente de tabaco. De modo geral, o perfil dos PP com maiores indícios de consumo abusivo de álcool e/ou outras drogas corresponde ao mesmo perfil dos PP com TMC, no caso, com maior tempo de serviço, dobra de turno e ter outra ocupação profissional na área da segurança.

Campos et al. (2016), em análise da relação entre SB e consumo de álcool, observaram que pessoas do sexo masculino e que são fumantes são mais propensas a apresentar maior consumo de álcool, enquanto que aquelas que praticam alguma religião são menos propensas ao consumo nocivo de álcool, de modo que a religião foi apontada como um fato protetivo, em detrimento do gênero e comportamento de fumar. Os autores ainda indicam que os níveis de exaustão emocional e desumanização são maiores em indivíduos que relataram consumir bebidas alcoólicas, enquanto que os índices de eficácia profissional são menores. Ademais, os indivíduos que consomem álcool foram os mais afetados pelos diferentes fatores da SB, o que indica uma relação positiva entre o adoecimento psíquico e o consumo de substâncias psicoativas.

Os resultados dos estudos expressam que o consumo de álcool e outras drogas por parte dos trabalhadores do sistema prisional é frequentemente apontado como uma forma de enfrentamento a um contexto laboral estressante e desgastante. Assim, Lima et al. (2019) salienta que os PP fazem uso de substâncias ilícitas para alcançarem uma sensação de alívio, relaxamento ou até mesmo de fuga da realidade. Uma vez que a organização do trabalho se mostra como distante do controle dos PP, o uso de drogas os possibilita, ainda somente por alguns instantes, o controle de si e da realidade em que vivem. Os autores salientam que algumas substâncias, a exemplo da cocaína e de anfetaminas, são também utilizadas para a manutenção de um estado de alerta, dado que os PP necessitam estar em constante vigília dentro e fora do trabalho devido aos riscos e situações de ameaça, ou até mesmo às próprias demandas da profissão na vigilância e custódia das PPL. Dessa forma, os PP fazem uso dessas substâncias tanto para amenizar o estresse quanto para se sentirem estimulados e aptos para o trabalho que realizam, configurando-se, assim, como uma estratégia de sobrevivência (Lima et al., 2019).

Diante disso, podemos observar que os impactos das condições de trabalho oferecidas pelo sistema prisional em acréscimo às consequências de um super encarceramento, atuam como desencadeadores de um cotidiano permeado pelo medo, incertezas, atitudes policiaiscas, posturas vigilantes e tensas. O PP encontra-se vulnerável a uma série de riscos físicos e psicossociais que o induz a situações de esgotamento emocional e adoecimento. O consumo abusivo de álcool e demais drogas por parte dos PP, além de estar presente no cotidiano laboral desses profissionais, acaba extrapolando os muros das prisões e fazendo parte, também, das suas vivências familiares e de lazer. Dessa forma, as medidas relacionadas à saúde mental dos agentes penitenciários não correspondem apenas a uma problemática que deve ser solucionada de forma restrita ao sistema prisional, mas no âmbito da saúde pública, tanto no que se refere ao cuidado psicossocial, quanto em relação às forças que se articulam para a manutenção de um sistema carcerário deficiente, adoecedor e perverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo discutir a relação saúde mental e condições de trabalho dos policiais penais no Brasil a partir de uma revisão sistemática de literatura. As publicações analisadas versam sobre condições de trabalho dos PP, sofrimento psíquico e consumo de álcool e outras drogas. As análises das produções demonstram que existe uma crise generalizada nas instituições prisionais no que concerne à falta de instalações adequadas, superlotação, falta de recursos materiais e de segurança para o trabalho dos agentes e desvalorização social da profissão. Esse cenário é produtor de adoecimento psíquico, especialmente entre aqueles com maior tempo de serviço, com outras ocupações profissionais e com menos horas de descanso fora do trabalho; mas também físico, sobretudo para aqueles com poucas atividades de lazer e que não realizam atividade física. Acrescenta-se ainda o fato de viverem em regime de enclausuramento tanto dentro quanto fora da prisão, acarretando prejuízos em suas relações interpessoais e familiares. Isso os leva ao uso de substâncias psicoativas, principalmente álcool, tabaco, maconha e cocaína, como forma de enfrentamento e sobrevivência.

Sugere-se o investimento em mais pesquisas sobre o tema com abordagens de natureza qualitativa que explorem de forma mais ampla o universo desses

trabalhadores, alcançando dimensões que necessitam de uma investigação mais sensível e atenciosa e que reverberem nos modos de vida e produção de subjetividade no ambiente do cárcere. Além disso, é fundamental que mais estudos se debrucem sobre a variável gênero, uma vez que alguns estudos sinalizaram diferenças entre o sofrimento psíquico manifestados por homens e mulheres e identificar as redes de apoio e atividades extra trabalho. A saúde do trabalhador brasileiro, especialmente aqueles da segurança pública, carece de estratégias de cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas, para além do sistema prisional e articuladas com as demais redes de atenção psicossocial e serviços de Atenção Primária em Saúde.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, D. R., & Araújo, M. R. M. de. (2018). Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. *Revista Psicologia e Saúde*, 10(1), 19-30. doi: 10.20435/v10i1.456.
- Bravo, D. S., Gonçalves, S. G., Giroto, E., González, A. D., Melanda, F. N., Rodrigues, R., & Mesas, A. E. (2022). Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em agentes penitenciários do interior do estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(12). <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.10042022>.
- Bezerra, C. de M., Assis, S. G. de, & Constantino, P. (2016). Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2135-2146. doi:10.1590/1413-81232015217.00502016.
- Bezerra, C. de M., Assis, S. G. de., Constantino, P., & Pires, T. O.. (2021). Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 46. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000038218>.
- Bonez, A., Dal Moro, E., & Sehnem, S. (2013). Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. *Psicologia Argumento*, 31(74), 507-517. doi: 10.7213/psicol.argum.31.074. A005.
- Braun, A. C. (2016). Síndrome de Burnout em agentes penitenciários: Uma revisão sistemática sob a perspectiva de gênero. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, (2), 366-381. <https://doi.org/10.12957/epp.2016.29165>.

Cadidé, G. B., Bêrredo, V. C.M, Silv, M. S. da, & Santos, D. A. S dos. (2022). Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais penais: uma revisão integrativa. **Revista De Saúde**, 13(3), 42-51. <https://doi.org/10.21727/rs.v13i3.3042>.

Campos, J. A. D. B., Schneider, V., Bonafé, F. S. S., Oliveira, R. V., & Maroco, J. (2016). Burnout Syndrome and alcohol consumption in prison employees. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 19(1), 205-216. doi: 10.1590/1980-5497201600010018.

Chies, L. A. B., Barros, A. L. X., Lopes, C. L. A. S., & Oliveira, S. F. (2005). Prisionalização e Sofrimento dos Agentes Penitenciários: Fragmentos de uma pesquisa. **Revista brasileira de ciências criminais**, 52(1), p. 264-283. Recuperado de: <https://bdjur.tjdft.jus.br/xmlui/handle/tjdft/24813>.

Claus, W. (2015). El trabajo penitenciario como 'trabajo sucio'. Justificaciones y normas ocupacionales. **Delito y Sociedad**. 24(1), 115-138. doi: 10.14409/dys.v2i40.5588.

Codo, W. (2002). Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In. M. G. Jacques, & W. Codo (2002). **Saúde Mental & Trabalho: Leituras**. (pp. 173-192) Petrópolis: Vozes.

Corrêa, J. S., Lopes, L. F. D., Almeida, D. M., & Camargo, M.E. (2019). Bem-estar no trabalho e Síndrome de Burnout: faces opostas no labor penitenciário. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, 20(3), eRAMG190149. Epub. doi: 10.1590/1678-6971/eRAMG190149.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. (2019). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen**. Brasília: Depen. Recuperado de: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 10 set. 2020.

Dimenstein, M., Lima, A.I.O., Figueiró, R.A., & Leite, J. F. (2017). Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, 17(1), 62-70. doi: 10.17652/rpot/2017.1.12705.

Fernandes, R.C.P, Silvany Neto, A.M, Sena, G.M, Leal, A.S, Carneiro, C.A.P., & Costa, F.P.M da. (2002). Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 18(3), 807-816. doi: 10.1590/S0102-311X2002000300024.

Ferraz, H. G., & Joffily, T. (2019). Democracia e encarceramento em massa: provocações de teoria política ao estado penal brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, 152(1), 383-422. Recuperado de: <https://www.ibccrim.org.br/publicacoes/edicoes/65/608>.

Ferreira, R.E.B, Menezes, L.C., Dias, J.C. (2012). Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes

penitenciários de Belo Horizonte-MG. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. 17(1), 57-63. doi:10.12820/rbafs.v.17n1p57-63.

Figueiró, R.A, & Dimenstein, M. (2016). Castigo, gestão do risco e da miséria: Novos discursos da prisão na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 21(2), 192-203. doi: 10.5935/1678-4669.20160019.

Figueiró, R.A, & Dimenstein, M. (2019). Militarização de agentes penitenciários no Brasil. **Athenea Digital**, 19(1), e2452. doi: 10.5565/rev/athenea.2452.

Goldberg, D. & Huxley, P. (1992). **Common mental disorders: a bio-social model**. London; New York: Tavistock; Routledge.

Jaskowiak, C. R., & Fontana, R.T. (2015). O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 68(2), 235-243. doi: 10.1590/0034-7167.2015680208i.

Jesus, S. R. de., Felipe, A. M., & Silva, Y. V. da .. (2021). Vulnerabilidade ao Estresse entre Agentes de Segurança Penitenciários. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 41(spe2). <https://doi.org/10.1590/1982-3703003197193>.

Lima, A.I.O, Dimenstein, M., Figueiró, R., Leite, J., & Dantas, C. (2019). Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 35(1), e3555., 2019. doi: 10.1590/0102.3772e3555.

Lima, A.I.O., & Dimenstein, M. (2019). Transtornos Mentais Comuns entre Trabalhadores do Sistema Prisional. **Psicologia em Pesquisa**, 13(1), 53-63. doi: 10.24879/2018001200300478.

Lima, E., Soares, I., Santos, A., & Souza, D. (2018). Saúde do agente penitenciário no contexto brasileiro. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, 12(2), 510-519. doi:10.5205/1981-8963-v12i2a22831p510-519-2018.

Lourenço, A. S. (2010). **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários** (Tese de doutorado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Maekawa, L. S., Côrrea, P. N. de S. A., Araújo, S. A., Carvalho, M. T. M., Silva, R.J., & Alves, M. G. (2020). Estresse em agentes penitenciários de um presídio do interior de Minas Gerais. **Psicologia e Saúde em Debate**, 6(2), 373-387. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A25>.

Marques, G.S., Giongo, C. R., Ruckert, C. (2018). Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Diálogo**, 38(1), 89-98. doi: 10.18316/dialogo.v0i38.4202.

Medeiros-Costa, M.E., Maciel, R.H., & Gurgel, F.F. (2018). Transtornos Mentais Comuns e Síndrome de Burnout em Agentes Penitenciários. *Ciencia & trabalho*, 20(61), 36-41. doi: 10.4067/S0718-24492018000100036.

Pauli, F. B, Follador, F. A. C., Wendt, G., Lucio, L. C., Pascotto, C. R., Ferreto, L. E. D. Working Conditions and Health of Prison Officers in Paraná (Brazil). *Rev Esp Sanid Penit*, 4(3), 79-86. doi: 10.18176/resp.00055.

Rumin, C. R., Barros, G. I. F., Cardozo, W.R, Cavalhero, R., & Atelli, R. (2011). O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(1), 188-199. doi: 10.1590/S1414-98932011000100016.

Rumin, C.R. (2006). Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicol cienc prof*. 26(4). <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000400005>.

Santiago, E., Zanola, P.C., Hisamura, R.S., & Silva, I. Y.M. da. (2016). O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(2), 161-175. doi:10.11606/issn.1981-0490.v19i1p161-175.

Santos, S. N., Santos, K. O. B., Carvalho, F. M., & Fernandes, R. de C. P. (2021). Transtorno depressivo maior em agentes penitenciários. *Revista De Saúde Pública*, 55(11). <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002507>.

Soares, W. D., Rodrigues, B. P., & Pimenta, C. P. S. (2021). Síndrome de burnout, depressão, ansiedade e ideação suicida em servidores de segurança pública. *Uningá Review*, 36, eURJ3613. <https://doi.org/10.46311/2178-2571.36.eURJ3613>.

Tschiedel, R.M., & Monteiro, J. K. (2013). Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18(3), 527-535. doi: 10.1590/S1413-294X2013000300013.

Venâncio, L. da S., Coutinho, B.D., Mont'Alverne, D.G., Andrade, R. F. (2021). Esgotamento psicológico e qualidade de vida de agentes penitenciárias de uma unidade prisional feminina. *Rev Bras Med Trab*, 18(3), 312-321. <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2020-561>.